

## Projetos hidrelétricos na Amazônia no limiar do século XXI: o caso da UHE no Estreito-MA/TO

CÍCERO PEREIRA DA SILVA JÚNIOR

Mestre em Linguagens e Saberes na Amazônia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutorando em História Social da Amazônia na UFPA. Professor da Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC/PA). e-mail: hell\_vetius@hotmail.com

### Introdução

Este trabalho pretende ser um ensaio de História Social<sup>1</sup> que se desdobra a partir do Tempo Presente. O enfoque metodológico optou pela análise de fontes orais referentes aos impactos da Usina Hidrelétrica de Estreito, localizada entre os estados de Maranhão e Tocantins. Sua construção transcorreu entre 2007-2012. Os atores sociais priorizados por esta análise foram os ex-moradores da Ilha de São José, localidade totalmente submersa pelo lago formado pela barragem. Dentre os remanescentes desta ilha foram ouvidos os membros das famílias que atualmente residem no reassentamento “Mirindiba”, localizado a 18 km da cidade de Araguaína-TO, às margens da rodovia Belém-Brasília.

A argumentação desdobra-se em dois momentos: inicialmente traço de modo panorâmico o perfil do setor elétrico no Brasil, seguido das intervenções das hidrelétricas na região amazônica. Por fim, reduzirei a escala de análise para o estudo de caso das ressonâncias da construção da hidrelétrica de Estreito-MA/TO, nas memórias dos ex-moradores da Ilha de São José.

Dadas as escolhas analíticas que foram feitas, cabe ainda pôr à luz dois pontos importantes. Primeiro, quem são os que me relataram suas experiências e os motivos

---

<sup>1</sup> Utilizei o termo por entendê-lo como mais abrangente e adequado a um modo de fazer História que se preocupa em dialogar com outras Ciências Sociais e que se mantém aberto a novas temáticas e abordagens. Sem perder de vista a premissa de Marc Bloch de que “a História é a ciência dos homens no tempo” (Bloch, 2001, p. 55), é importante termos em mente que a temporalidade que marca e constitui a existência humana dá-se no interior das relações sociais e simbólicas travadas no interior de uma sociedade. Em outras palavras, “todas as aventuras individuais se fundem numa realidade mais complexa, a do social, uma realidade ‘entrecruzada’” (Braudel, 2012, p. 23). É nesse sentido que Thompson nos lembra que “a história é uma disciplina do contexto e do processo: todo significado é um significado-dentro-de-um-contexto e, enquanto as estruturas mudam, velhas formas podem expressar funções novas, e funções velhas podem achar sua expressão em novas formas” (Thompson, 2012, p. 243).

pelos quais foram selecionados. Cinco pessoas foram entrevistadas: Maria dos Anjos Nunes da Silva, mais conhecida como Maria da Ilha. É integrante do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens); José Carlos Alves da Silva, 55 anos, chamado também de Leonardo, é esposo de Maria da Ilha; Júlio Alves da Silva, irmão de seu Leonardo; Raquel Alves Nunes da Silva, 28 anos, filha de Maria da Ilha e seu Leonardo; e Raimundo Vicente, 68 anos. Esses atores sociais foram escolhidos porque, não obstante quatro deles pertencerem à mesma família, suas percepções do processo foram bastante distintas e conflitantes. As entrevistas ajudaram a emergir memórias divididas acerca dos acontecimentos transcorridos entre 2005 e 2012.

Em segundo lugar, é importante deixar claro que entendo a memória como um ato individual, conduzido por uma função social, como mostram as reflexões benjaminianas, segundo as quais “o narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes” (Benjamin, 1994, p. 201). Dito de outra forma, em última instância, é o indivíduo que recorda – seleciona as lembranças, impõe esquecimentos e constrói a linha narrativa –, mas o faz a partir de categorias socialmente aprendidas e internalizadas. Nesse sentido, a memória articula-se como um processo dialógico entre indivíduo e sociedade.

### **Panorama da geração de energia elétrica no Brasil**

A produção energética brasileira apresenta um equilíbrio relativo entre fontes renováveis e não renováveis que correspondem, respectivamente, a 41% e 59%. A geração por meio hidráulico – enquadrada no rol das fontes renováveis – é responsável por 12,5% da oferta, ficando atrás da biomassa de cana, com 16,1%. No âmbito das fontes não renováveis, a produção de petróleo e derivados desponta com 39,3% (EPE, 2014)<sup>2</sup>. Todavia, se fizermos um recorte e contemplarmos especificamente a produção de energia elétrica<sup>3</sup>, as peças do tabuleiro mudam de posição. A energia de matriz hidráulica assume total hegemonia com 70,6% da produção, seguida pelo gás natural (11,3%), a biomassa (7,6%), os derivados de petróleo (4,4%), carvão e derivados (2,6%), a energia nuclear (2,4%) e a eólica (1,1%).

Os investimentos maciços do governo brasileiro em geração de energia por meio hidráulico traduzem-se no expressivo número de instalações distribuídas por todo o território nacional. Conforme as estimativas fornecidas pelo Plano Nacional de Energia 2030, nosso parque gerador compreende, entre Pequenas Centrais Hidrelétrica (PCH) e Usinas Hidroelétricas (UHE), mais de 400<sup>4</sup> instalações (Brasil, 2007). Nesse sentido, no

<sup>2</sup> Do lado das fontes renováveis ainda há o carvão vegetal e a linha (8,3%), e a lixívia e outros renováveis, como a energia eólica e solar, por exemplo, que correspondem a 4,2%. Às fontes não renováveis ainda podemos acrescentar o gás natural (12,8%), o carvão mineral (5,6%) e o urânio (1,3%). Cf. EPE, 2014.

<sup>3</sup> Deve-se ter em mente que há distinção entre a matriz energética e a matriz elétrica. A primeira refere-se a todo tipo de produção de energia motriz, como, por exemplo, o gás de cozinha. A matriz elétrica contempla somente as fontes geradoras de energia elétrica.

<sup>4</sup> Conforme dados fornecidos pelo Atlas de Energia Elétrica no Brasil, elaborado pela Aneel, em 2008 eram 150 UHEs em funcionamento (Cf. Aneel, 2008).

âmbito das várias fontes de eletricidade das quais o Brasil dispõe, a geração por meio de hidrelétricas, não obstante ter sofrido uma baixa acentuada, ainda desponta hegemônica, sendo responsável por 70,6% da geração elétrica nacional<sup>5</sup>. Esse panorama pode ser vislumbrado na tabela abaixo<sup>6</sup>, que também mostra o percentual de outras matrizes de energia elétrica existentes no Brasil.

**Tabela 1. Porcentagem das principais fontes de energia elétrica no Brasil de 2007 a 2013**

FONTE	2007	2011	2013
Hidráulica	85,5%	81,9%	70,6%
Gás Natural	3,3%	4,4%	11,3%
Biomassa	4,1%	6,6%	7,6%
Derivados de Petróleo	2,8%	2,5%	4,4%
Carvão e derivados	1,6%	1,4%	2,4%
Nuclear	2,5%	2,7%	2,4%
Eólica	0,3%	0,5%	1,1%

Fonte: Balanço Energético Nacional (BEM), 2008; 2014.

Acima podemos vislumbrar que, apesar de muito expressiva, a proeminência da hidroeletricidade tem diminuído. Como isso pode ser explicado, porquanto há ainda vários projetos hidrelétricos em andamento e o consumo de eletricidade no país aumentou 3,6% em 2013 (EPE, 2014)? Uma resposta possível pode ser encontrada na diversificação das fontes, assim como no aumento de sua participação na produção de energia elétrica. Na década de 1970, por exemplo, a matriz hidrelétrica era responsável por cerca de 92% da geração de energia elétrica nacional (Brasil, 1978; Rovere, 1984). A primeira turbina eólica a funcionar no Brasil foi ligada somente em 1992 (Aneel, 2008), e a eletricidade de matriz nuclear<sup>7</sup> só começou a ser produzida no Brasil a partir de 1985 com Angra I.

<sup>5</sup> Em 2013 esse percentual chegava a 84,5%. (Cf. Rosa, 2013; EPE, 2013; EPE, 2014).

<sup>6</sup> A tabela foi elaborada a partir das informações encontradas no Balanço Energético Nacional 2008, no Balanço Energético Nacional 2014 e no Balanço Energético Nacional 2012, todos produzidos pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), que é ligada ao Ministério de Minas e Energia (MME). Também foi consultado o Atlas de Energia Elétrica do Brasil. Para informações mais detalhadas, cf. EPE, 2008; 2012; 2014 e Aneel, 2008. É importante lembrar que os Balanços Energéticos Nacionais tomam por parâmetro o ano anterior. Assim, por exemplo, a base de dados do BEM 2014 é o ano de 2013.

<sup>7</sup> Um estudo publicado em 1984 por uma equipe multidisciplinar liderada pelo físico Luís Pinguelli Rosa argumentava que a tentativa dos governos militares na década de 1970 de diversificar a matriz energética brasileira, introduzindo o uso de usinas nucleares para gerar energia elétrica, baseou-se em dados equivocados e extremamente otimistas. Conforme o estudo, o raciocínio da equipe de planejamento energético baseou-se em duas constatações: o fato de que tanto as minas de carvão e a maior parte das quedas d'águas necessárias à geração de energia estarem respecti-

Em 2000 entrou em funcionamento Angra II. E em 2018 está prevista a inauguração de Angra III<sup>8</sup>. Mesmo assim, estas fontes ainda têm papel irrisório diante da hidráulica.

No que concerne à região amazônica, a política de construção de grandes hidrelétricas se insere na conjuntura de alterações econômicas e sociais postas em funcionamento pelos diversos governos brasileiros desde a década de 1960<sup>9</sup> (Petit, 2003). Essa postura governamental ensejou um debate multifacetado que desembocou em questões relativas ao modelo de desenvolvimento imposto à região. Passava pela reiteração da Amazônia como fronteira de recursos (minerais, energéticos, naturais, etc.) – uma espécie de jazida energética<sup>10</sup> cuja incumbência seria resolver o problema de “segurança energética” do país (Bermann, 2012), assim como oferecer a infraestrutura necessária ao seu desenvolvimento industrial e econômico, visceralmente ligado ao problema dos abastecimentos energéticos industrial<sup>11</sup> e doméstico, ambos alavancados pelo aumento constante do consumo de eletricidade no Brasil<sup>12</sup>.

---

vamente nas regiões Sul e Norte, ambas afastadas dos centros econômicos e industriais do país e a questão do “choque do petróleo”, que provocou forte impacto na economia brasileira (Araújo & Oliveira, 1984; Rosa, 1988) levaram à conclusão de que a energia nuclear seria imprescindível ainda no final da década de 1970 (Rosa & Pires, 1984). Todavia, o programa nuclear dos militares encontrou-se rapidamente soterrado por uma avalanche de opositores oriundos dos mais diversos setores da sociedade, principalmente após a assinatura de um acordo nuclear com a Alemanha. Dentre os atores sociais que se opuseram a este projeto podemos apontar cientistas e técnicos; industriais brasileiros preocupados com o alto grau de participação alemã no projeto; grupos sociais movidos por razões ambientais e antimilitaristas; assim como membros da própria equipe que compunha o setor elétrico do governo. Dessa maneira, “o poder de denúncia e a capacidade de articulação demonstrados por esses setores que se opuseram ao acordo nuclear foram favorecidos pelo clima de distensão e de reativação da vida política propiciado pela chamada ‘abertura’ e pelo apoio velado ou ostensivo de setores sensíveis às pressões norte-americanas [...] contra a denominada ‘proliferação nuclear’” (Rosa, 1988, p. 43).

<sup>8</sup> Esta previsão é somente uma possibilidade, porquanto o funcionamento desta usina era esperado para o início de 2014. Cf. Aneel, 2008.

<sup>9</sup> Para Pere Petit, as intervenções territoriais como a abertura de novas rodovias e a implementação de grandes projetos minerais e hidrelétricos articula-se à criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e do Banco da Amazônia S/A (BASA), em 1966, cuja atuação delineou-se por uma política de incentivos fiscais para a instalação de novas indústrias e fazendas agropecuárias, estratégias de colonização das áreas próximas à Transamazônica e investimentos na extração, beneficiamento e transporte do minério extraído do Pará. Ora, “essa intervenção modificaria substancialmente a forma de ocupação e utilização econômica do território e aceleraria o processo de expansão das relações capitalistas na Amazônia e sua articulação ao mercado nacional e, sob novas formas e produtos, ao mercado internacional” (Petit, 2003, p. 25). Para uma análise das estratégias de desenvolvimento dos governos brasileiros para a região amazônica entre 1964 e 2005, ver também Petit, 2010.

<sup>10</sup> Conforme dados da ANA (Agência Nacional de Águas), os potenciais estimados para as regiões hidrográficas Amazônica e Araguaia-Tocantins apresentam, respectivamente, potenciais de 107.143 MW e 26.285 MW (ANA, 2005), o que corresponde a 42% e 11,2 % do potencial hidrelétrico brasileiro (ANEEL, 2008). Outrossim, os rios Tocantins, Araguaia, Madeira, Xingu e Tapajós respondem aproximadamente por 63% do potencial hidrelétrico não aproveitado do Brasil (Bermann, 2012).

<sup>11</sup> De acordo com estimativas fornecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), e pelo Balanço Energético Nacional (BEM), a indústria é a maior consumidora da energia elétrica produzida no Brasil. Dos 430 TWH derivados da matriz hidráulica, o setor industrial consome 210,1

A outra face deste debate diz respeito às mudanças irrevogáveis e traumáticas pelas quais as populações que habitam as áreas de influência destes empreendimentos são obrigadas a passar. Dentre essas transformações, podemos elencar o aumento desordenado da população das cidades nas quais os canteiros de obras são instalados,<sup>13</sup> por conta da intensa migração de trabalhadores de outras regiões à procura de emprego. Há também o desterro pelo qual as famílias que habitam a área de impacto do lago formado pela hidrelétrica são forçadas a passar. Estas pessoas são realocadas em reassentamentos ou cidades especialmente construídas para esta finalidade<sup>14</sup>. Mas as novas localidades dificilmente reproduzem as condições de vida anteriores dessas populações. Por fim, às violentas alterações de ordem social, demográfica e econômica, somam-se também sérios impactos ambientais, mormente os relacionados à mortandade de peixes, pragas de mosquitos e emissões de gases que contribuem para a formação do efeito estufa<sup>15</sup> (Brasil, 2007; Fearnside, 2014). No entanto, não obstante todas as discussões em torno da viabilidade da construção de hidrelétricas, a região amazônica possui prioridade estratégica nessa conjuntura por dois motivos relacionados: o fato de esta região possuir mais da metade do potencial hidrelétrico do país e o esgotamento quase que total das possibilida-

---

TWH (34,4%), seguido pelas residências que consomem 124,9 TWH (20,5%) (Aneel, 2008; ROSA, 2012; EPE, 2014).

<sup>12</sup> Entre 2012 e 2013, o consumo de energia elétrica aumentou 0,2%, sendo que os maiores responsáveis por esta alta foram a indústria e as residências, cujos consumos de energia elétrica aumentaram respectivamente 0,2% e 6,2%. (Cf. EPE, 2013; EPE, 2014).

<sup>13</sup> A população de Estreito-MA, cidade em que foi erguido o canteiro de obras da UHE de Estreito, sofreu um aumento populacional sensível em apenas três anos. Para fazermos uma rápida comparação a partir dos dados estatísticos fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2000, Estreito contava com 22.930 habitantes; em 2007, ano em que se iniciaram as obras da hidrelétrica em questão, a população chegava a 26.490; em 2010, somente três anos após a implantação do canteiro de obras – o empreendimento só seria levado a termo em 2012 – Estreito já somava 35.835 habitantes, sendo 25.778 – apenas 712 pessoas a menos que o índice populacional de 2007 – residiam na cidade. Ora, em três anos (2007-2010) a população de Estreito aumentou quase três vezes mais em relação aos sete anos anteriores (2000-2007). Isto nos indica que possivelmente deve ter havido um movimento migratório de trabalhadores interessados em se empregar nas obras civis da barragem. Estes dados podem ser conferidos no seguinte endereço eletrônico: [www.censo2010.ibge.gov.br](http://www.censo2010.ibge.gov.br). Consulta feita em 25/07/2015.

<sup>14</sup> Os 630 km<sup>2</sup> do lago da hidrelétrica de Lajeado, no estado do Tocantins, afetaram diretamente 997 famílias (4.407 pessoas) que foram compulsoriamente remanejadas para 12 reassentamentos distribuídos pelo Estado (cf. Santana & Parente, 2013) O caso de Tucuruí (1975-1984) também merece ser mencionado: a formação de seu reservatório, cuja área total chegou a 2.830 km<sup>2</sup> por 170 km de extensão, provocou o alagamento parcial dos municípios de Tucuruí, Itupiranga e Jacundá, além de pequena parte do município de Rondon do Pará, que implicou o deslocamento de aproximadamente seis mil famílias (cf. Magalhães, 1994).

<sup>15</sup> Em 1987 pesquisadores alemães já acenavam para as drásticas consequências relativas à modificação do regime hidrológico dos rios amazônicos por ocasião da construção de barragens, como a deposição de sedimentos nos reservatórios que diminuiria a sua vida útil e aumentaria o risco de erosão no vale abaixo da represa. Ademais, as barragens apresentam-se como obstáculos intransponíveis às espécies ictias migratórias, reduzindo sensivelmente sua população, como aconteceu nas barragens Curuaá-Uma e Tucuruí (Cf. Junk & Mello, 1987). Num estudo mais atual, Philip Fearnside e Brent Millikan defendem que os impactos ambientais com brutais consequências antrópicas não se reduzem somente à região na qual se encontram os lagos. Conforme estes pesquisadores, a captura do peixe na cidade de Cametá, à jusante da UHE de Tucuruí, diminuiu 82% entre 1985 e 1987, porcentagem que aumentou para 96% em 2006 (Cf. Fearnside & Millikan, 2012).

des energéticas dos rios das regiões Sul, Sudeste e Nordeste. Conforme dados fornecidos pelos órgãos governamentais destinados ao planejamento energético do país, há cerca de 39 projetos deste porte somente para a região amazônica, para serem efetivados até 2023.

As tentativas de implantação de usinas hidrelétricas na região amazônica remontam a 1940. Foi a Usina de Itapecuruzinho, erguida no rio de mesmo nome, nas imediações da cidade de Carolina-MA<sup>16</sup>. Na região centro-oeste do Amapá, a 15 km da cidadezinha de Ferreira Gomes, encontra-se a hidrelétrica de Coaracy Nunes, instalada no rio Araguari. Esta barragem, distante 150 km da capital do estado, Macapá, começou a funcionar em 1975.

Em 1977 foi inaugurada a hidrelétrica de Curuá-Uma, a 70 km de Santarém e a UHE de Tucuruí, em 1984, ambas no estado do Pará. Em 1987 entraram em funcionamento Balbina, no Amazonas, e Manso, no Mato Grosso. Um ano depois a hidrelétrica de Samuel começa a funcionar em Rondônia. No estado do Tocantins, em 1999 e 2006, começam a gerar energia as turbinas das usinas de Lajeado (Eduardo Magalhães) e Peixe Angical, respectivamente. Em 2011 entram em funcionamento: Dardanelos, no Mato Grosso, e Santo Antônio e Rondon II, em Rondônia. A usina hidrelétrica de Estreito, entre o Maranhão e Tocantins, começou a funcionar em 2012 e a de Jirau, em Rondônia, em 2013. Encontram-se em fase de construção a usina de Belo Monte, no Pará; Colíder e Teles Pires, no Mato Grosso e São Salvador, entre Tocantins e Goiás.

Conforme os dados constantes no Plano Nacional de Energia 2030 (Brasil, 2007), no Plano Decenal de Expansão de Energia 2020 (Brasil, 2011), no Plano Decenal de Expansão de Energia 2023 (Brasil, 2014)<sup>17</sup>, estão em fase de planejamento as seguintes hidrelétricas: Prainha, no estado do Amazonas; Cachoeira do Caí, Cachoeira dos Patos, Jamanxim e Jardim de Ouro, Jatobá, São Luís, Marabá e Santa Isabel, todas no Pará. Para o Amapá planejam-se as hidrelétricas de Ferreira Gomes, Cachoeira caldeirão e Santo Antônio<sup>18</sup>. Para Roraima estão planejadas as usinas de Bem Querer e Paredão; e Tabajara para Rondônia.

Os rios mato-grossenses serão contemplados com as Usina de Castanheira, Sinop, Toricoejo, Cachoeirão, Juruena, Salto Augusto Baixo, Simão Alba São Manoel, Magessi, Água Limpa e Foz do Apiacás. Há ainda as hidrelétricas de Torixoruiu e Couto Magalhães na divisa do Mato Grosso com Goiás. Para o estado do Tocantins estão programadas Ipueiras, Novo Acordo, Tocantins (Renascença) e Tupirantins. Para o Maranhão está planejada a usina de Serra Quebrada.

### **O caso da UHE de Estreito**

A UHE de Estreito situa-se às margens da BR-010, no sentido Estreito-Carolina e fica entre as cidades de Aguiarnópolis, no norte do Tocantins, e Estreito, no Sudoeste do Maranhão. Dista 752 km da capital maranhense, São Luís, 130 km de Imperatriz/MA e 513

<sup>16</sup> Era uma usina de pequeno porte e atualmente encontra-se desativada e em estado de conservação precário (Cf. Carvalho, 2011).

<sup>17</sup> Ambos produzidos pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), órgão diretamente ligado ao Ministério de Minas e Energia (MME).

<sup>18</sup> Esta fica entre o Pará e o Amapá.

km de Palmas, capital do Tocantins. Como pode ser visto no mapa abaixo, as localidades atingidas pela formação de seu lago são Aguiarnópolis, Babaçulândia, Barra do Ouro, Darcinópolis, Filadélfia, Goiatins, Itapiratins, Palmeirante, Palmeiras do Tocantins e Tupiratins, no estado do Tocantins, e Estreito e Carolina, no Maranhão.

**Fig. 1. Cidades do Maranhão e do Tocantins impactadas pela UHE de Estreito**



Fonte: [www.uheestreiro.com.br](http://www.uheestreiro.com.br). Acesso 19/09/2013

A empresa responsável pelo empreendimento é o Consórcio Estreito Energia (CESTE), composto pela GDF Suez-Tractebel Energia (40,07%), Vale (30%), Alcoa (25,49%) e Intercement (4,44%). Excluindo a calha do rio, o reservatório possui uma área de 400 km<sup>2</sup> com extensão de 290 km ao longo do rio e 400 km<sup>2</sup> de terrenos efetivamente inundados. Com potência de 1.087 MW, é previsto que a usina gere aproximadamente 584,9 MW<sup>19</sup> médios<sup>20</sup>.

Sua construção ocasionou intensa mobilização das elites políticas e econômicas maranhenses, mormente das cidades de Imperatriz e Estreito, tendo nos jornais locais

<sup>19</sup> De acordo com relatórios do Consórcio Estreito Energia (CESTE) esta quantidade de energia abasteceria sem problemas uma cidade com mais de 4 milhões de habitantes.

<sup>20</sup> Estas informações nos foram concedidas no centro de informações do CESTE, em Estreito, por meio de um relatório cujo título é "Dados sobre a Usina Hidrelétrica de Estreito".

palco privilegiado para as discussões em torno da importância de sua construção para a região sul-maranhense (Silva Jr, 2014). Todavia, houve também um acirrado debate em torno da viabilidade deste projeto e dos impactos de sua implantação sobre as populações ribeirinhas, sobre as comunidades indígenas e os habitantes das cidades diretamente implicadas na área de influência da barragem. Envolveram-se políticos locais, instituições governamentais como o Ministério Público Federal (MPF), o IBAMA e a FUNAI; a organização não governamental Centro de Trabalho Indigenista (CTI), Colônias de Pescadores, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e a própria sociedade civil organizada (Almeida, 2007; Silva Jr, 2014). Essas discussões tiveram como palco audiências públicas ocorridas nas cidades envolvidas no empreendimento, mas também extrapolaram este âmbito puramente jurídico-institucional para se desdobrarem em manifestações e protestos que foram desde a interdição da ponte “Juscelino Kubitschek”, que liga o Maranhão ao Tocantins, a diversas ocupações do canteiro de obras da hidrelétrica, organizadas pelo MAB e por moradores das comunidades ribeirinhas atingidas, em especial a da Ilha de São José-TO.

### Da margem do rio à beira da estrada

Concentremo-nos, agora, no processo de retirada das famílias residentes na Ilha de São José e no estabelecimento de uma parcela delas no reassentamento Mirindiba. Em 2007, quando iniciei as viagens à ilha de São José<sup>21</sup>, seus 10 km de comprimento por 3 km de largura encravavam-se no braço esquerdo do rio Tocantins, entre os lados maranhense e tocantinense daquelas águas, a aproximadamente 40 km de Babaçulândia-TO e 70 km de Estreito-MA. Não obstante a localização entre os dois Estados, conforme dados fornecidos pelo IBGE, a ilha era considerada como zona rural de Babaçulândia<sup>22</sup>. As setenta e nove famílias residentes viviam basicamente do manejo das roças de vazante, da criação de gado bovino e da pesca. As diárias<sup>23</sup> e as empreitas<sup>24</sup> eram os regimes de trabalho<sup>25</sup> mais comuns, sem contar o trabalho na própria roça. Porém, era ainda muito comum os moradores juntarem-se para trabalhar na vazante do vizinho recebendo em troca uma parte do excedente de arroz ou milho na época da colheita. Isso acontecia com frequência entre as famílias, porquanto quase todos possuíam certos laços de parentesco<sup>26</sup>. Havia

<sup>21</sup> Iniciei este trabalho ainda na graduação como bolsista da FAPEMA (Fundação de Amparo à Pesquisa do Maranhão), sob a orientação do professor Dr. Jaime Garcia, como parte e um grupo de pesquisa sobre as populações do cerrado maranhense.

<sup>22</sup> Cf. <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=170300&search=tocantins|babaçulandia>. Acesso em 30/08/2013.

<sup>23</sup> O valor da diária era geralmente R\$ 25,00. Esta informação me foi concedida por um dos membros da família em cuja casa hospedei-me e que na época estava trabalhando na roça de um dos moradores do lugar.

<sup>24</sup> O valor da empreita (*empleita*, como chamam os ex-moradores da ilha) variava de acordo com a negociação estabelecida entre o dono da vazante e o trabalhador.

<sup>25</sup> Emprego formal, somente o dos professores que vinham de Filadélfia-TO, que passavam a semana e retornavam à cidade no sábado para estarem de volta na segunda ou terça-feira.

<sup>26</sup> Depois do casamento era bastante comum os filhos construírem suas moradias nas terras dos pais, tornando-se agregados destes, e como, no mais das vezes, os moradores casavam entre si e o lugar é relativamente pequeno, famílias que não possuíam parentesco consanguíneo acabavam

também barqueiros que transportavam para Estreito ou Babaçulândia quem pretendia comprar alimentos, ir à escola ou negociar a produção nas feiras destas cidades.

Quando tornei ao lugar, em fevereiro de 2014, a ilha só existia nas recordações de seus ex-moradores, já devidamente realocados em reassentamentos. O rio Tocantins transfigurou-se em um sudário líquido e inerte que cobria pesadamente vazantes, árvores, pastos, uma escola e casas. O único sinal de que havia um lugar sob aquela monotonia aquática – só quebrada pelas pancadas de vento que de quando em quando emaranhavam aquelas águas – eram os galhos secos e as palhas pendentes de coqueirais, cujos troncos pútridos se insinuavam à superfície do lago e teimavam em manter-se de pé. À margem do lago jazia inclinado o “Coração de mãe”, barco que fazia a rota da Ilha a Estreito-MA. Mais para trás, escondida por uma cerca e uma variedade de pequenas árvores, encontra-se a casa de Seu Moadir, ex-barqueiro e proprietário do “Coração de Mãe”. Entre a margem do lago e a casa, a estrada de ferro Norte/Sul rasga a paisagem. Descendo alguns quilômetros o rio Tocantins, temos o cinturão de concreto que transforma o fluxo do rio em energia elétrica.

Os moradores foram obrigados a desocupar o local no início do mês de julho de 2010, sendo que os últimos deixaram a ilha em setembro do mesmo ano. Levaram tudo o que puderam: plantas, animais, árvores frutíferas, até a madeira das casas. Atualmente, as 74 famílias que residiam na Ilha de São José estão distribuídas em quatro reassentamentos. Vinte e seis famílias ficaram no reassentamento do Baixão a 18km de Babaçulândia, no estado do Tocantins. Doze famílias estabeleceram moradia a 15 km de Babaçulândia, no reassentamento Bela Vista, antiga fazenda Itapuã. Entre nove e dez quilômetros de Babaçulândia, onze famílias estabeleceram-se no reassentamento Santo Estevam. Em Mirindiba, localizado a 18 km de Araguaína, no Tocantins, entrando mais oito quilômetros à margem da Belém-Brasília residem 19 famílias.

As transformações na vida dos que optaram por morar nos reassentamentos não se resumiram apenas ao traslado forçado, mas obrigaram os ex-moradores da Ilha de São José a confrontar-se com um ambiente drasticamente distinto do anterior que os forçou, inclusive, a repensarem a maneira de trabalhar na terra. À obrigatoriedade de aprender novas técnicas de plantio, somaram-se a ausência de água corrente e a dificuldade de adaptação às novas moradias. O depoimento de Seu Leonardo pode nos ajudar a entender esta conjuntura:

[...] Aqui eu cheguei [...] tinha só o raio do capim, isso aqui era capim de sumir com a gente dentro [...] tocamos um foguinho aqui [...] e fomos queimando devagarzinho [...], mas aqui na enxada, você vai fazer uma lavoura grande [...] não dá conta não: é preciso ter dinheiro. É preciso aprender a mexer com veneno; eu não gosto de trabalhar com veneno não, mas esse outro pessoal aí só trabalha com veneno (Seu Leonardo. Entrevista concedida em 06 de novembro de 2013).

---

por contrair liames familiares por intermédio dos matrimônios. As famílias não são tomadas como mundos fechados em si mesmos, porém como grupos com características singulares, que não se desdobram de forma isolada, mas baseiam suas ações na conjuntura social que as cerca. A meu ver, esta é uma importante articulação entre o local, o regional e o “universal” (Levi, 2000).

A primeira inferência que podemos extrair desse discurso é a de que os reassentamentos não reproduzem o modo de vida que se levava antes na ilha. Nos dois primeiros anos em Mirindiba os realocados encontraram diversas dificuldades para o plantio, posto que a terra era pouco apta para a agricultura, sendo que o CESTE teve que providenciar assistência técnica para preparar o solo para o plantio. Esses anos iniciais desdobraram-se como colonização do lugar: foi necessário reaprender a plantar. As técnicas empregadas na ilha, cuja adubação da terra dependia somente do rio, não puderam ser utilizadas de todo no solo do reassentamento, que necessitava de intervenção química. O reaprender a viver já começa no manejo da lavoura. Outros depoimentos confirmam isso, como o de Raquel, filha de Seu Leonardo e Maria da Ilha: “quando a gente chegou a terra não produzia (agora tá até começando, né?). A gente plantava as coisas e não prestava. Aí o pessoal foi falando: “Eh nós vamos embora daqui!, porque aqui não presta” (Raquel Alves Nunes da Silva, 28 anos. Entrevista realizada em 06 de novembro de 2013). Seu Raimundo Vicente também relata isso:

Quando chegamos aqui, no dia 4 de agosto, [...] no primeiro ano de serviço essa terra não deu nada, só abóbora, não prestou pra nada. Aí acontece que, aqui o modo de trabalhar não é o nosso lá não, aqui é diferente: [...] tem que mecanizar a terra, tem que adubar e isto aconteceu (Raimundo Vicente. Entrevista concedida em 16 de agosto de 2013).

Em lugar das águas caudalosas e copiosas do Tocantins, existe um riacho sazonal que passa por trás de algumas casas e que só enche entre os meses de dezembro e abril. Dessa forma, para resolver o problema da água, foram instalados em todas as propriedades poços artesianos. Em Mirindiba, este problema foi mitigado; no entanto, nos outros reassentamentos, os moradores reclamam da qualidade salobra da água que, não obstante a instalação de poços artesianos, é inutilizável para o consumo humano e animal e nem pode ser vertida para a lavoura. Para amenizar o problema, carros-pipas contratados pelo CESTE passaram a circular diariamente nos assentamentos a fim de fornecer água para o gado, para a lavoura e o consumo residencial.

As casas novas são de alvenaria. Consistem em três quartos pequenos, uma sala, cozinha, banheiro e uma pequena área de serviço. Todas, ao contrário das moradas da ilha, possuem energia e água encanada, o que agradou aos mais jovens, mas não convenceu os mais velhos das “vantagens” do reassentamento em relação à ilha. Essa conjuntura nos indica que as negociações e conflitos não terminaram com a realocação das famílias, posto que estas continuam cobrando a assistência do Consórcio Estreito Energia para resolver problemas relativos às condições dos reassentamentos.

Como Araguaína fica relativamente próxima, os jovens que estão no Ensino Médio podem cursá-lo nos colégios da cidade. As crianças, por seu turno, frequentam a escola de um reassentamento do MST que se localiza do outro lado da estrada. Um ônibus escolar, providenciado pelo CESTE, é responsável pelo traslado diário das crianças e jovens para as respectivas escolas. Alguns jovens trabalham em Araguaína, outros nas propriedades dos pais. A renda da maioria das famílias continua proveniente da terra, mormente da venda da mandioca para comerciantes de Araguaína. No mais, cultiva-se para o próprio consumo. Eventualmente é vendida uma ou duas cabeças de gado.

Desde as primeiras entrevistas, em 2008, as posturas dos moradores começaram a indicar nuances que imprimiram complexidade no sistema de forças referente aos moradores e ao Consórcio Estreito Energia (CESTE). O que implica dizer que o processo não se articulou a partir de relações binárias, mas convergiu para um cenário no qual os conflitos ocorreram tanto entre os moradores e o CESTE, quanto entre os moradores entre si. Nessa ótica de análise nos apropriamos do conceito de poder tal qual é pensado por Michel Foucault. Sua análise procura entender o poder menos como um objeto cuja posse implica a dominação de um grupo sobre outro, e mais como relação social na qual seu domínio é virtual e relativo. Assim, as relações de poder se inserem em um sistema de táticas em que aquele sobre o qual o poder é exercido nunca é totalmente passivo, procurando articular formas de resistência, mesmo que veladas ou imperceptíveis. Essa perspectiva opta por entender o poder a partir de suas relações mais capilares e, longe de ser a prerrogativa de um grupo específico, desdobra-se como um feixe de táticas que se articulam ao modo de “[...] uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade [...]; que lhe seja dado como modelo antes a batalha perpétua que [...] a conquista que se apodera de um domínio” (Foucault, 2007, p. 26).

No início, nem todos os moradores eram contra a barragem; pelo contrário: muitos receberam a notícia com certa euforia porque vislumbravam uma compensação econômica favorável. As opiniões tomaram o rumo contrário no momento em que os moradores se sentiram lesados pelos representantes do empreendimento. Isto pode ser vislumbrado no depoimento concedido em 2009 por Maria da Ilha, moradora estreitamente envolvida no processo de negociação e resistência à barragem:

Foram poucas pessoas que no início não eram a favor da barragem. A maioria era a favor da barragem devido à dominação, como é que se diz, da ilusão. O grupo que sempre debatia com a barragem era menos. A gente não tinha muita força. Além de ter a empresa [...] tinha os políticos (Maria dos Anjos Nunes da Silva (Maria da Ilha). Entrevista feita em 17 de maio de 2009).

O depoimento acima nos ajuda a compreender o cenário de tensão que emergiu com o anúncio da construção da barragem e pontua fatores importantes na dinâmica dos grupos que se mobilizaram em torno do empreendimento. Houve pressão dos políticos, das empresas da cidade, que tinham a intensão de oferecer seus serviços ao consórcio responsável pela construção, e dos moradores da ilha, que, de início, receberam com otimismo as propostas dos representantes do CESTE<sup>27</sup>, porquanto envolviam promessas de emprego e indenizações fartas.

Passados cinco anos da realização da entrevista acima, oito anos das primeiras incursões dos representantes do CESTE à ilha de São José e três anos e meio do remanejamento dos moradores, já no reassentamento negociado com o CESTE, podemos vislumbrar dois depoimentos interessantes. O primeiro é de Maria da Ilha e o segundo, de seu cunhado, seu Júlio. Ambos nos contam como foi desenhado o ambiente anterior ao empreendimento e as dissensões que ocorreram entre os próprios moradores em torno da

---

<sup>27</sup> A empresa forneceu às populações possivelmente atingidas uma cartilha cuja intenção era explicar como se daria o processo de realocação dos moradores por meio de assentamentos ou cartas de crédito.

construção da hidrelétrica e da possibilidade de alagamento da Ilha de São José. Seu Júlio nos relata o processo desta maneira:

No início, quando começaram a falar da barragem isso lá, pra todos lá era um sonho. Quando esse pessoal mesmo do projeto começou a circular de casa em casa – que eles têm um processo de botar as pessoas para visitarem de casa em casa, né. Falando sobre tudo, sobre a barragem e tal, o projeto que ia acontecer [...] muitos começaram a xingar o pessoal, dia de reunião queriam mesmo, como se diz, tipo partir na bruta, zangado, muito zangado. Bom, imagina, quando se falava em projeto de igualdade tinha gente que ficava por aqui, queria se fosse possível, pegar o do outro, não podia dar aquilo pro outro, porque... aquele que não tinha, no caso, o desejo dele era que nunca tivesse [...], mas não! Uns como se diz, sem conhecimento, sem muito entendimento: “ah, mas como é que eu tenho e o fulano não tem, como é que ele vai ter o mesmo que eu tenho? Não!” aí era onde tinha as divergências e eles ficavam às vezes, com raiva do pessoal da empresa (Júlio Alves da Silva. Entrevista realizada aos 10 de fevereiro de 2014, no reassentamento Mirindiba).

Vejamos o que nos diz Maria da Ilha:

Teve gente que pensou que nunca mais ia ficar pobre na vida. Foi uma festa. Todo mundo já tinha suas coisas para vender, porque ia ter uma melhora de vida, ia arranjar um emprego, então: “eu vou vender minhas terras, porque eu vou indenizar, vou receber uma indenização, vou comprar um carro, vou comprar uma bicicleta, comprar uma fazenda” (Maria da Ilha. Depoimento gravado em 16 de agosto de 2013).

As narrativas acima nos apresentam uma característica importante subjacente tanto aos depoimentos referentes à Ilha, quanto às narrativas acerca do processo que culminou no êxodo dos moradores para os reassentamentos, qual seja, aquilo que podemos chamar de “memória dividida” (Portelli, 2006)<sup>28</sup>, isto é, memórias que se constroem de forma antagonica, justamente porque o mesmo evento foi experienciado e percebido distintamente por aqueles que nele estiveram implicados. Da mesma forma, nos ajudam a vislumbrar alguns rastros que destoam o individual do coletivo.

As duas narrativas nos informam que o modo de abordagem dos empregados do CESTE causou um clima de confusão e euforia entre os moradores: “foi uma festa”. Se por um lado, alguns vislumbraram nos discursos dos representantes da empresa uma promessa de mudança de vida a partir das indenizações, outros, por outro lado, não receberam a notícia com tanta efusão. De qualquer forma, não obstante suas diferenças, ambos os depoimentos mostram que “os impactos dos empreendimentos hidrelétricos, isto é, as intervenções drásticas no sentido de mudar o modo de vida das comunidades atingidas começam bem antes do início da construção, mas iniciam-se com o anúncio da obra” (Sigaud, 1988).

---

<sup>28</sup> O termo emergiu das pesquisas de Giovanni Contini sobre um massacre executado por soldados alemães em 1944, numa cidade montanhosa da Toscana, chamada Civitella Val Di Chiana, em represália a ações da resistência italiana à ocupação nazista. Alessandro Portelli retoma este termo explicando que este massacre acabou gerando duas memórias contraditórias, uma nacionalista, que louvava os atos de coragem dos membros da resistência, e outra pautada no luto das famílias dos homens fuzilados e que culpava os membros da resistência pelo massacre (Cf. Portelli, 2006).

O discurso de Maria da Ilha possui estrutura mais dicotômica, enfatiza os efeitos ideológicos da propaganda do CESTE, no sentido de escamotear os efeitos danosos do empreendimento por meio de uma retórica de moldes “messiânicos”, que prometia indenizações, possibilidades de compra de casas na cidade, empregos na construção da hidrelétrica para os mais novos e coisas do gênero. Os moradores passariam a tomar consciência das reais proporções e implicações da construção da barragem em suas vidas após outras incursões dos representantes do CESTE na comunidade.

O depoimento de seu Júlio nos apresenta elementos que esmaecem um pouco a imagem dicotômica apresentada por Maria da Ilha. Nosso interlocutor aponta que os conflitos iniciaram tão logo começaram as visitas do CESTE. Ademais, o que chama a atenção é que as dissensões ocorreram tanto entre os moradores e a empresa, quanto entre os próprios moradores, justamente por conta das indenizações. Em seu depoimento, seu Júlio deixa transparecer que o problema não eram a barragem e o realocamento, mas as condições em que o último seria feito, assim como os valores que os proprietários receberiam por suas casas e lavouras. Isto desloca a discussão para outro terreno, qual seja o de que ambos falam de solos discursivos distintos, seus lugares de enunciação não coincidem: Maria da Ilha, mais que ser contra a barragem, era militante do MAB e fazia campanha aberta contra o empreendimento na ilha e articulava manifestações em Estreito; seu Júlio, por seu turno, era não tanto a favor da construção, mas nutria uma forte vontade de deixar a ilha, que para ele já era um entrave à sua prosperidade, por conta dos prejuízos causados pelas cheias periódicas do rio Tocantins. Este “confronto” de memórias ajuda-nos a compreender as relações de poder que tendem a produzir efeitos de verdade quando os indivíduos escolhem o enredo de suas histórias e deixam rastros de intencionalidades. Nesta perspectiva a oralidade dos narradores torna-se significativa, porque através das particulares concatenações de suas narrativas “[...] cada narrador dá sua interpretação da realidade e situa-se nela juntamente com os outros” (Parente, 2006, p. 300).

Existem outros rastros que se alojam por entre as velas da narrativa de seu Júlio que “denunciam”, sem ele dizer sua empatia com as propostas da empresa. O primeiro deles é que, diferentemente do depoimento de Maria da Ilha, seu Júlio faz questão de mencionar o esforço do CESTE em entrar em contato de forma sistemática com os moradores e promover reuniões para discutir a situação, e dizer que a truculência partiu dos ribeirinhos que “queriam partir na bruta” e não dos funcionários da empresa. O outro ponto repousa na seguinte sutileza: Se Maria da Ilha defende que os funcionários da empresa enganaram os moradores com promessas, seu Júlio argumenta que a desinteligência partiu dos moradores que não compreenderam ou não queriam compreender as propostas dos representantes do consórcio. A riqueza desse depoimento reside no fato de que ele deixa uma brecha que nos permite enxergar pegadas que traem nosso interlocutor: ao falar que a empresa “tem um processo de botar as pessoas para visitarem de casa em casa, né. Falando sobre tudo, sobre a barragem e tal, o projeto que ia acontecer”, deixa escapar que não havia “propostas” por parte da empresa, mas apresentação de ações mitigatórias, pois as reuniões não visavam discutir a barragem; esta já era um fato irrevogável que não dependia dos ribeirinhos; e as reuniões com os moradores tinham apenas o intuito de corroborar o caráter inexpugnável da construção, simplesmente conscientizar os moradores de que eles precisariam deixar o lugar em breve.

Se o depoimento de Maria da Ilha possui tessitura mais linear, a narrativa de seu Júlio é mais esquiva, pois, ao mesmo tempo em que afirma o caráter positivo das ações da empresa, deixa à mostra as atitudes discricionárias de seus representantes. Esta característica não compromete em nada seu depoimento, pelo contrário: torna-o mais verossímil, visto que não interessam aqui os fatos puros – possibilidade epistemologicamente impossível –, mas a sua virtualidade, ou seja, a forma como ele é construído e re-construído pelos narradores apoiados por suas memórias. Em outras palavras, o depoimento interessa muito mais pela representação do que pela “realidade”.

Em segundo lugar, mesmo no grupo que se articulava contra a barragem, havia dissensões e conflitos, principalmente por conta da escolha dos reassentamentos. Conforme as notícias acerca da construção da hidrelétrica foram se espalhando, as famílias passaram a ser muito assediadas por fazendeiros que desejavam vender suas terras. Dessa maneira, além da fragmentação de interesses e objetivos desencontrados ocorridos entre os moradores, tanto que cada grupo passou a traçar sua própria estratégia de negociação com o CESTE, aqueles tiveram que negociar com proprietários para encontrarem os lotes mais interessantes possíveis para retomarem a vida. Maria da Ilha recorda este processo desta maneira:

Como eu ando muito, sempre para as bandas de Araguaína, em Babaçulândia tinha um fazendeiro me procurando. Tinha aquele tanto de corretor! Aí todos eles me procuravam, e me levavam para olhar as terras: me levavam pra cá e levava pra cá... aí nessa “olhação” de terra, eu estava me agradando de outra fazenda, mas aí o fazendeiro aqui correu atrás de mim, que era pra ver se eu conseguia comprar a terra dele, que ele me daria uma porcentagem e coisa e tal. E aí eu vim aqui, vim umas três vezes nesta fazenda, olhava, voltava.... aí consegui trazer o povo né. Levei o pessoal lá pra ver realmente a terra... pra ver com seus próprios olhos, que era para não dizer que era eu... que só tinha eu! Desse grupo todinho, era eu sozinha pra dar conta de correr atrás de terra, resolver problema do povo [...]. Então, eu tinha que sair “caçando”. Aí encontrei o fazendeiro e a gente... ele me trouxe aqui, eu vi a fazenda. Então eu disse: “é, agora eu vou buscar o povo pra gente ver”, porque não é uma decisão só minha (Maria da Ilha. Depoimento gravado em 16 de agosto de 2013).

Sua formação e militância política, assim como a capacidade de articulação e negociação, deram a Maria da Ilha a liderança do grupo e a confiança que lhe outorgou liberdade para escolher a terra para o reassentamento e certa visibilidade diante dos proprietários interessados em negociar suas glebas e diante dos próprios representantes do CESTE, que também a tratavam como figura de referência. O discurso de Maria da Ilha deixa entrevermos determinado senso moral ancorado ao dever de dar ao outro uma satisfação das ações que implicam todos, ou como Bauman argumentou, defendendo a impossibilidade de não estarmos continuamente imersos em situações que exijam uma atitude moral, explicando que constantemente somos “confrontados com o desafio do outro, o desafio da responsabilidade pelo outro, uma condição do ser-para” (Bauman, 2001, p. 9).

Por duas vezes o discurso da líder do reassentamento indica primeiro a preocupação de não ser vista como manipuladora das vontades dos indivíduos que nela depositaram a confiança: “consegui trazer o povo, né. Levei o pessoal lá pra ver realmente a

terra... pra ver com seus próprios olhos, que era para não dizer que era eu... que só tinha eu!” e, de certa forma, uma crítica ao próprio grupo que não apenas deixou-a responsável por encontrar o lote mais adequado, mas despiu-se de toda a responsabilidade.

Note-se também que as estratégias de negociação não eram pautadas apenas nas vantagens oferecidas pela terra, pois que os fazendeiros costumavam oferecer comissões às pessoas responsáveis pelas negociações, situação que aponta para a enorme especulação fundiária que os empreendimentos hidrelétricos acabam gerando<sup>29</sup>. Houve também interesses políticos em jogo, pois a saída de um número considerável de famílias do domicílio eleitoral de Babaçulândia implicava a diminuição de possíveis eleitores, conjuntura que exigiu a atenção do prefeito da cidade, na época Argemiro Costa. É seu Leonardo que nos transmite esta informação:

[...] ele fez assim, tipo corretor, comprou essas terras baratinhas e vendeu por um outro preço para o CESTE. Ganhou um dinheiro absurdo. [...]. Esse grupo era grande, mas aí o pessoal foi desistindo. Porque tinha o grupo do prefeito, né. Aí a Maria era contra o prefeito, nós lá. Aí nós formamos um grupo, o prefeito, o grupo dele, era bem maior que o nosso que era o pessoal mais misturado com o prefeito [...]. Aí ficou vai, vai, vai, vai, vai, vai... e a terra aqui nunca saía, aí o grupo foi desistindo um bocado, foram caindo pro lado do prefeito, outros se juntou com esse outro menino [...], aí na última hora mesmo, eu sei que ficou só dezoito famílias que aguentaram junto com a gente, eles firmaram mesmo com a gente e continuamos direto. E a outra parte foi acompanhando pro lado do prefeito (Seu Leonardo. Entrevista concedida em 06 de novembro de 2013).

Outro ponto recorrente nas entrevistas foi a falta de diálogo por parte do consórcio responsável pela construção da barragem. Os moradores entrevistados alegam que não foram convidados a fazer parte das negociações que implicariam a implementação da obra, sem falar na quase total ausência de informações acerca da realocação dos impactados e das indenizações referentes às suas propriedades. Segundo os entrevistados, não aconteceu consulta prévia acerca da implantação da barragem; houve a comunicação de que as obras aconteceriam e que eles deveriam mudar-se, mas que não se preocupassem, posto que o CESTE responsabilizar-se-ia pelas realocações e indenizações aos atingidos. Esta postura autoritária por parte do consórcio responsável pela construção da hidrelétrica apresentava-se escamoteada por intermédio de promessas de programas assistencialistas e compensatórios configurados em parcerias com as prefeituras dos municípios atingidos e promessas de moradias novas e melhores que as antigas para os atingidos.

As recordações de Dona Maria da Ilha nos revelam esse contexto. Ela nos diz assim: “O pessoal estava muito ansioso com a barragem porque ela trazia propostas bonitas” e, mostrando como os moradores da ilha rapidamente perceberam que seriam prejudicados pela construção da barragem, continua: “viram que a empresa não era o que eles diziam e muitos começaram a botar os pés na parede” (Maria dos Santos [Maria da Ilha]).

---

<sup>29</sup> Em 2008, ano de minha primeira viagem à ilha de São José, apareceram por lá dois proprietários interessados em negociar com os moradores e à procura de Maria da Ilha, mas esta tinha ido a Estreito para resolver problemas de saúde do esposo. Em 2009, Dona Maria levou-me à propriedade de um senhor que costumava comprar terrenos ameaçados por barragens para vendê-los aos consórcios responsáveis por um preço maior que o que pagara anteriormente.

Entrevista feita em 17 de maio de 2009). Este discurso nos ajuda a entender que os processos que envolvem migração compulsória, realocação e redirecionamento de famílias são problemáticos, não apenas porque envolvem conflitos decorrentes de reivindicações por direitos, mas porque os atores sociais envolvidos não desenvolvem estratégias polarizadas e suas condutas podem mudar concomitantemente à sua mudança de perspectiva em relação aos rumos dos acontecimentos. Diversos moradores revoltaram-se contra a construção da barragem, não por uma “consciência de classe”, por preocupações ambientais ou mesmo por medo de sair da ilha, mas porque se sentiram lesados em relação às indenizações.

### **Para terminar, mas não concluir**

Qualquer ilação que se possa extrair desta pesquisa é fragmentária, incompleta. Porque este processo é relativamente imberbe, não se “fechou”. Todavia, mesmo que de maneira ainda precária e tateante, já podem ser observadas algumas transformações no modo de vida dessas famílias. A primeira delas é que o processo de realocamento não aconteceu pacificamente, mas implicou um exaustivo debate em torno da viabilidade da construção da hidrelétrica de Estreito, assim como de seus custos humanos. O conflito não foi monolítico, pois envolveu ribeirinhos, organizados ou não em torno de movimentos sociais, políticos locais, lideranças econômicas regionais, membros do consórcio, jornais, etc. Os depoimentos mostraram muito bem esse caráter heteróclito e contraditório do processo, posto que, mesmo dentre aqueles diretamente impactados, as narrativas emanaram de lugares de poder diferentes, pois entre os moradores da Ilha de São José, havia militantes do MAB, como Maria da Ilha, pequenos agricultores, agregados que não possuíam um título formal de propriedade e criadores de gado um pouco mais abastados. Portanto, não constitui nenhuma surpresa que eles produzam discursos que apresentem singularidades entre si, que podem, inclusive, beirar o conflito. Para além disso, existem ainda questões mais pragmáticas referentes ao abastecimento de água e as condições do solo para o plantio.

Outra nuance que aponta para a inconclusão do processo é que, até o momento, apesar de todas as dificuldades encontradas nos reassentamentos, ainda não foi registrado nenhum caso de abandono das propriedades – situação constante em casos de famílias atingidas por barragens. Por fim, num âmbito mais regional e nacional, configura-se a triste constatação de que a região amazônica aos poucos começa a tornar-se uma espécie de “colônia energética” destinada a atender as demandas de energia de todo o país, mormente do setor industrial, sem qualquer preocupação séria em torno de questões ambientais e do modo como a vida das pessoas será transformada nesse processo. Por isso, é salutar pensar e entender os custos e implicações sociais, econômicas e ambientais inerentes aos projetos hidrelétricos, não somente para encadearmos números e estatísticas ou interpretarmos estratégias de negociação, mas para aprofundarmos o debate, torná-lo presente e incômodo para todos.

## Bibliografia

Almeida, Graziela Rodrigues de. *Terras Indígenas e o Licenciamento Ambiental da Usina Hidrelétrica de Estreito: análise etnográfica de um conflito socioambiental*. Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

Ana. *Aproveitamento do Potencial Hidráulico para a Geração de Energia*. Brasília, 2005. Disponível em <http://www.ana.gov.br>. Acesso em 07/07/2013

Aneel. *Atlas da Energia Elétrica do Brasil*. 3 ed. Brasília: ANNEL, 2008

Bauman, Zygmunt. *Vida em fragmentos: sobre a ética pós-moderna*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

Benjamin, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

Bermann, Célio. O projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: a autocracia energética como paradigma, in: *Novos Cadernos NAEA*, v. 15, n. 1. jun. 2012, pp. 5-23.

Bloch, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

Brasil. *Energia Elétrica no Brasil: da primeira lâmpada à Eletrobrás*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977.

Brasil, Ministério de Minas e Energia, Empresa de Pesquisa Energética. *Plano Nacional de Energia 2030*. Brasília: MME/EPE, 2007.

Brasil, Ministério de Minas e Energia, Empresa de Pesquisa Energética. *Plano Decenal de Expansão de Energia 2020*. Brasília: MME/EPE, 2011.

Brasil, Ministério de Minas e Energia, Empresa de Pesquisa Energética. *Plano Decenal de Expansão de Energia 2023*. Brasília: MME/EPE, 2014.

Braudel, Fernand. *Escritos sobre História*. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.

Carvalho, Erton. Usina de Itapecuruzinho - a primeira hidroelétrica da Amazônia, in: Mello, Flávio Miguez de (coord.). *A história das barragens no Brasil, séculos XIX, XX e XXI: cinquenta anos do Comitê Brasileiro de Barragens*. Rio de Janeiro: CBB, 2011, pp. 125-129.

Empresa de Pesquisa Energética. *Balanço Energético Nacional 2013: Ano base 2012*. Rio de Janeiro: EPE, 2014. Disponível em <https://ben.epe.gov.br>. Acesso em 02/05/2015.

Empresa de Pesquisa Energética. *Balanço Energético Nacional 2014: Ano base 2013*. Rio de Janeiro: EPE, 2014. Disponível em <https://ben.epe.gov.br>. Acesso em 02/05/2015.

Fearnside, Philip M. *Barragens na Amazônia 3: hidrelétricas existentes e os planos nos próximos anos na Amazônia Brasileira*. 2013. Disponível em:

<http://amazoniareal.com.br/barragens-na-amazonia-3-hidreletricas-existentis-e-os-planos-nos-proximos-anos-na-amazonia-brasileira/>. Acessado em 22 de abril de 2015.

\_\_\_\_\_. *Barragens do rio Madeira: revés par a política 1*. 2014. Disponível em: <http://amazoniareal.com.br/barragens-do-rio-madeira-reves-para-a-politica-1-resumo-da-serie/> Acessado em 22 de abril de 2015.

Fearnside, Philip; Milikan, Brent. "Hidrelétricas na Amazônia: fonte de energia limpa?", in: Milikan, Brent et al. (org.). *O setor elétrico brasileiro e a sustentabilidade no século XXI: oportunidades e desafios*. Brasília: Ed. Paula Franco Moreira, 2012, pp. 49-56.

Foucault, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2007.

Junk, Wolfgang J.; Nunes de Mello, J. A. S. "Impactos ecológicos das represas hidrelétricas na bacia amazônica brasileira", *Estudos Avançados*, 1987, pp. 126-143.

La Rovere, Emílio Lebre. "A alternativa à crise energética: em busca de um estilo de desenvolvimento", in: ROSA, Luiz Pinguelli (org.). *Energia e Crise*. Petrópolis: Vozes, 1984, pp. 171-182.

Levi, Giovanni. *A herança imaterial: a trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Magalhães, Sonia Barbosa. "As grandes hidrelétricas e as populações camponesas", in: Silveira, Isolda Maciel da; D'Incao, Maria Ângela. (org.). *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994, pp. 447-456.

Parente, Temis Gomes. "Sentimento e ressentimentos de Eva, uma mulher de vida livre", in: Ertzogue, Marina Haizenreder; Parente, Temis Gomes (org.). *História e sensibilidade*. Brasília: Paralelo 15, 2006, pp. 295-310.

Petit, Pere. *Chão de Promessas: elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós-1964*. Belém: Paka-Tatu, 2003.

Portelli, Alessandro. "A filosofia e os fatos: narração interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais", *Tempo*, Rio de Janeiro, v.1, n. 2, 1996, pp. 59-72.

\_\_\_\_\_. "O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum", in: Amado, Janaína; Ferreira, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da História Oral*. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, pp. 103-130.

Rosa, Luiz Pinguelli; Pires, Regina L. Ferreira. "O acordo nuclear com a Alemanha no contexto do 'modelo' e da crise", in: ROSA, Luiz Pinguelli (org.). *Energia e crise*. Petrópolis: Vozes, 1984, pp. 85-102.

Rosa, Luiz Pinguelli. "Um paralelo entre grandes projetos hidrelétricos e nucleares", in: Rosa, Luiz Pinguelli; Sigaud, Lygia; Mielnik, Otávio (coord.). *Impactos de grandes projetos*

*hidrelétricos e nucleares: aspectos econômicos, tecnológicos, ambientais e sociais*. São Paulo: Editora Marco Zero/CNPq, 1988, pp. 71-80.

\_\_\_\_\_. “Características da estrutura de produção da energia nuclear no Brasil”, in: Rosa, Luiz Pinguelli; Sigaud, Lygia; Mielnik, Otávio (coord.). *Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares: aspectos econômicos, tecnológicos, ambientais e sociais*. São Paulo: Editora Marco Zero/CNPq, 1988, pp. 39-69.

\_\_\_\_\_. “Energia e setor elétrico nos governos Lula e Dilma”, in: Sader, Emir (org.). *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo/ Rio de Janeiro. Boitempo/FLACSO Brasil, 2013, pp. 173-170.

Santana, Fabian S.; Parente, Temis Gomes. “Usina hidrelétrica no Tocantins e sujeitos na construção da consciência jurídica: o reassentamento Córrego Prata em Porto Nacional (TO)”, in: *Novos Cadernos NAEA*, v. 16, n. 2, dez. 2013, p. 121-148.

Sigaud, Lygia. “Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho”, in: Sigaud, Lygia; Rosa, Luiz Pingelli; Miellink, Otávio (coord.). *Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares: aspectos econômicos, tecnológicos, ambientais e sociais*. São Paulo: COPPE/ Marco Zero/ CNPq, 1988, pp. 83-166.

Silva Jr, Cícero P. Memória, dádiva e distopia: impactos socioambientais da UHE de Estreito sobre a Ilha de São José-TO (Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia da Universidade Federal do Pará – UFPA sob a orientação de Pere Petit, para a obtenção do título de Mestre): Bragança, 2014, 178 p.

Silva Jr, Cícero P.; Petit, Pere. “Memórias alagadas: a Amazônia Oriental e os projetos hidrelétricos, o caso da UHE de Estreito (MA/TO)”, in: *Revista Espacialidades* [online]. 2014, v. 7, n. 1, pp. 11-33

Thompson, E.P. *As peculiaridades dos ingleses e outros ensaios*. 2 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

[www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=170300&search=tocantins|babaculandia](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=170300&search=tocantins|babaculandia). Acesso em 30/08/2013.

**Artigo recebido em 23/08/2016 ; aprovado para publicação em 13/11/2016**

**RESUMO:** O presente artigo se propõe a fazer uma discussão acerca dos impactos das usinas hidrelétricas na Amazônia Oriental, tomando como estudo de caso a hidrelétrica de Estreito – MA/TO (2007-2012). Na primeira parte exponho de modo panorâmico o perfil do setor elétrico brasileiro. Em seguida discuto as intervenções hidrelétricas na região amazônica para, por fim, analisar as ressonâncias da construção da hidrelétrica de Estrei-

to – MA/TO, a partir das memórias dos atingidos por esta barragem. Esta análise será realizada através do estudo de caso feito com os ex-moradores da Ilha de São José, localidade totalmente inundada pelo reservatório gerado pela hidrelétrica supracitada. Ademais, a discussão será iluminada pelo conceito benjaminiano de memória, em diálogo com o conceito de “memória dividida”, proposto por Alessandro Portelli.

**PALAVRAS-CHAVE:** Hidrelétrica de Estreito; memória dividida; atingidos; Amazônia.

**ABSTRACT:** The present article proposes to discuss the impacts of hydroelectric plants in the Eastern Amazon, taking as a case study the hydroelectric plant of Estreito – MA/TO (2007-2012). In the first part, I outline the profile of the Brazilian electricity sector. Then, I discuss hydroelectric interventions in the Amazon region to finally analyze the resonances of the construction of the Estreito (MA/TO) hydroelectric dam, based on the memories of those affected by it. This analysis will be fulfilled through the case study done with the ex-residents of São José Island, totally flooded by the reservoir generated by the hydroelectric plant mentioned above. In addition, the discussion will be illuminated by the Benjaminian concept of memory, in dialogue with the concept of “divided memory” proposed by Alessandro Portelli.

**KEYWORDS:** Estreito Hydroelectric; divided memory; affected; Amazon.